

Os intelectuais e os moradores de rua: uma parceria em construção?

Ivete Walty

PUC-MG



Observando processos e produtos culturais ligados à população que mora nas ruas das grandes cidades brasileiras, neste artigo, debruço-me sobre o trânsito dos intelectuais ao lado dos sem-teto, refletindo sobre uma possível parceria social e textual. Para isso, analiso mais especificamente a revista *Ocas*, em São Paulo e Rio de Janeiro, diretamente relacionada a esse segmento social excluído, seja tomando-o como sujeito, seja como objeto.

Essa publicação, feita para ser vendida nas ruas pelos sem-teto, marginalizados e excluídos sociais, pertence a uma rede internacional – International Network Street Papers: INSP – assim caracterizada:

The International Network of Street Papers (INSP) is a global organisation set up to promote the concept of the street paper as a means to address homelessness, social exclusion and poverty in our society. INSP is a network of 80 street paper members situated across 34 countries. INSP's head office is located in Glasgow, Scotland. In 2006 the organisation formed a strategic alliance with its North American counterpart, NASNA based in Seattle, Washington to form a single global street paper movement.

INSP offers support and developmental opportunities to its members and provides advice to individuals or projects seeking to develop street papers. It lobbies on behalf of the street paper movement and on behalf of homeless and socially excluded people in our society (<http://www.street-papers.org/11.htm> – consultado em 13 de setembro de 2007).

Começando em 1990, a INSP associa países desenvolvidos e em desenvolvimento, acreditando na troca de conhecimento e experiências, tanto entre tais parceiros como entre os parceiros locais

envolvidos no processo. O camelô, parte dessa organização, é um trabalhador autônomo que revende as revistas, ficando com o lucro da venda (em geral 50% do preço de capa). Para a maioria deles, esse trabalho representa a chance de encontrar uma atividade social e um alojamento estável. Importa realçar que os vendedores dos jornais de rua também escrevem para a revista e encontram-se envolvidos em outras atividades, esportivas e culturais, como os grupos teatrais, as oficinas de criação de textos, além de um campeonato mundial de futebol.

O conceito de parceria é, pois, utilizado como um operador de leitura desse tipo de texto caracterizado por uma enunciação compósita em diversos níveis, já que engloba diferentes agentes culturais, como jornalistas, profissionais liberais, estudantes, procurando construir um espaço público marcado pela troca e pela interação, ou, pelo menos, atuar no espaço de mediação entre o Estado e a população.

Para definir espaço público, Dominique Wolton, retomando Habermas, considera que

Trata-se de um espaço simbólico no qual se opõem e se respondem os discursos, na sua maioria contraditórios, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais e intelectuais, que constituem uma sociedade. É, portanto, antes de mais nada, um espaço simbólico, que requer, para se formar, tempo, vocabulário, valores comuns e reconhecimento mútuo das legitimidades; uma visão suficientemente próxima das coisas para discutir, contrapor, deliberar. (WOLTON, 2004, p.511-512).

Acentuando que o espaço público “simboliza, simplesmente, a realidade de uma democracia em ação, ou a expressão contraditória das informações, das opiniões, dos interesses e das ideologias”, o autor mostra que este “constitui o laço político que liga milhões de cidadãos anônimos, dando-lhes a sensação de participar efetivamente da política” (WOLTON, 2004, p.521). Desse espaço participam “indivíduos mais ou menos autônomos, capazes de formar a sua própria opinião, não ‘alienados aos discursos dominantes’, que acreditam nas idéias e na argumentação, e não apenas no confronto físico” (WOLTON, 2004, p.512).

Nesse sentido, apesar do tempo que o espaço público requer para se formar, sua configuração se torna móvel. É por isso que se faz necessário pensar sobre o trânsito dos agentes culturais por esse espaço, retomando, para isso, o conceito de intelectual. É importante, ainda, apontar para as transformações que esse conceito sofreu após seu aparecimento, que, segundo alguns estudiosos, se deu no século XIX, quando Zola tomou publicamente a palavra para

defender Alfred Dreyfus. Nesse momento teria nascido o intelectual moderno, como guia, alguém que levanta a bandeira de um movimento ou de uma ideologia.¹

Faz-se necessário lembrar ainda que, discutindo a relação dos intelectuais com os filósofos, Sartre acentua que, estes, como aqueles, “nascidos da classe burguesa, encarregam-se de exprimir o *espírito objetivo* dessa classe” (1994, p.21). Por outro lado, Habermas mostra justamente que o próprio espaço público aparece com o advento da burguesia, acentuando que a oposição “entre a esfera pública e o poder é original e sem precedentes na história: é o uso público da razão” (HABERMAS, 1993, p.38). Além disso, os conceitos de intelectual e de espaço público aparecem em um tempo onde a escrita desempenha um papel muito importante, já que o público seria constituído de leitores: “Esta camada ‘burguesa’ é o autêntico sustentáculo do público que, desde o início, é um público que lê” (HABERMAS, 1993, p.34).

Vale lembrar, no entanto, que Habermas mostra que “a exclusão das camadas inferiores, mobilizadas cultural e politicamente, provoca já uma pluralização da esfera pública em sua fase de formação” (1993, p. VI – tradução livre), marcadamente burguesa.

Se isso já ocorria naquela época, em nossos dias e, sobretudo em países como o Brasil, sob diferentes condições políticas e sociais, essa pluralização se faz mais complexa. Nesse contexto, a figura do intelectual não se delinea mais como antes, já que toma outras formas, em um processo de metamorfose constante. Ao lado disso, no atual universo em crise, cujo espaço público, a despeito do alargamento midiático, seria mais restrito, poder-se-ia, segundo alguns, até mesmo escutar ecos do fim da vida intelectual (JACOBY, 1987). Assim, enquanto se buscam novas formas de ação diante do fenômeno da globalização, seria útil nos perguntarmos se certas práticas podem ser qualificadas como ação intelectual. É por isso mesmo que visio analisar outras configurações desse que se chama intelectual, examinando alguns espaços de sua atuação.

No quadro deste trabalho, apresento alguns resultados da análise de uma seção da revista *Ocas*, intitulada “Cranianas”, onde se podem ler textos escritos por artistas, sociólogos, educadores, advogados ou políticos. Gostaria de verificar quais são suas relações com os moradores de rua, que circulam nas grandes cidades brasileiras e têm, muitas vezes, sua palavra publicada na mesma revista.

No artigo “Luta por moradia”, do número 31 da revista *Ocas* (fev. 2005), o sociólogo Sílvio Caccia Bava utiliza uma sintaxe com-

¹ Ver, por exemplo, SARTRE (1994).

pósita na medida em que mistura palavras dos sem-teto com as suas, inserindo em seu texto o “Manifesto da Frente de luta por moradia”. No início ele informa ao leitor sobre o que está acontecendo:

No final do ano, milhares de sem-teto, organizados na Frente de Luta por Moradia, realizaram nove ocupações em prédios vazios do centro de São Paulo. Foram ocupados oito edifícios e o prédio da Caixa Econômica Federal (CEF), na Praça Roosevelt. A polícia, em alguns casos usando a Tropa de Choque e violência, negociou a saída dos sem-teto. (n. 31, fev. 2005, p.30).

Depois de três parágrafos com este tipo de informação, o autor do texto abre espaço para introduzir o manifesto propriamente dito, evidenciando como este gênero discursivo é justo o espaço da palavra em ação:

Autoridades! Federal, Estadual e Municipal, Executivo, Legislativo e Judiciário.

Não aguentamos esperar!

Se pagar aluguel, não come. Se comer, não paga aluguel. É esse nosso dilema. Somos trabalhadores sem-teto desta magnífica cidade. Somos empurrados para as favelas, cortiços, pensões e para o relento das ruas. Sofremos com o despejo do senhorio. (*Ocas*, n. 31, fev. 2005, p.30).

Ao lado dessa linguagem mais popular, dentro do manifesto, pode-se ler a mesma coisa em registro mais formal, denunciando o desequilíbrio entre aqueles que têm muito e aqueles que não têm nada:

Uma minoria, que mantém centenas de imóveis vazios, abandonados, por vários anos. Imóveis que não cumprem sua função social. Enquanto somos empurrados para as periferias sem infraestrutura urbana, em favelas, áreas de risco ou de mananciais. (*Ocas*, n. 31, p.30).

Observe-se que a natureza do discurso continua a mudar quando o manifesto critica os programas governamentais já existentes, tais como o crédito solidário e o programa público de aluguel residencial. Nessa abordagem misturam-se palavras de ordem – “Direito não pode ter fila” – a dados estatísticos e técnicos a respeito do tema, o que mostra o conhecimento teórico e político da situação.

O texto de Sílvio Bava tem, pelo menos, três níveis de enunciação: o primeiro, o do sociólogo; o segundo, o do manifesto político dos sem-teto, e o terceiro, misto, que talvez retorne ao primeiro, já que utiliza o discurso sociológico como uma parte do manifesto. O tom descritivo mistura-se ao tom de persuasão e de convite à ação política:

Não podemos aceitar esta situação. Não podemos esperar. Nossas famílias e nossas vidas estão em perigo. Queremos que a lei entre em vigor: dê função social a esses imóveis vazios e abandonados. Vamos eliminar esse desperdício criminoso. (p.30).

Acrescente-se que, além de informar que esse texto foi também publicado em um jornal de grande circulação em São Paulo, convida-se o leitor a consultar o site www.cidadania.org.br, chamando sua atenção para a questão da cidadania vista como um espaço de exercício político. Trata-se, pois, de um caso de parceria textual, sobretudo se se pensa que, sem o aval do sociólogo, o manifesto dos sem-teto enfrentaria dificuldades para ser publicado.

Se uma revista já alternativa publica a palavra dos desassistidos ao lado daquela dos intelectuais, esse artigo utiliza a mesma estratégia de modo mais forte ainda: as falas estão juntas, elas se misturam. Não é a linguagem do intelectual, nem a linguagem dos sem-teto, é uma terceira voz, diferente e mista.

Referindo-se também a uma mistura de linguagens de pessoas de diferentes níveis sociais, na mesma seção, Joanna Fomm, conhecida atriz de telenovela no Brasil, escreve um texto para contar sua experiência com o teatro representado na rua por crianças. O texto intitula-se “Meninos de engenhos”, em uma referência deslocada ao romance social de José Lins do Rego, *Menino de engenho*, e às relações de mando e subordinação aí implícitas. Tal referência ganha ainda um sentido positivo relativo à capacidade criativa das crianças (engenhosas). Ela explica:

“Menino no Meio da Rua” é um espetáculo musical baseado no livro “Tilico no meio da rua”, do escritor pernambucano Rubem Rocha Filho. A peça tem como tema central a exploração do trabalho infantil e a exclusão social, a partir da trajetória do menino Tilico, que cata lixo nas ruas para garantir sua sobrevivência”. (FOMM, *Ocas* n. 15, out. 2003).

A atenção de Joana Fomm se concentra, no entanto, sobre a maneira como a peça foi montada pelo diretor, André Luiz Câmara, misturando adultos e crianças de várias idades e origens sociais. Ela escreve:

No elenco se misturam meninos de rua, da favela, da classe média, e o espetáculo utiliza várias linguagens: além da representação propriamente dita, usa mamulengos, equilibristas, números circenses, numa correção e criatividade de levar ao êxtase. (FOMM, *Ocas*, n. 15, p.30).

A atriz preconiza ainda que esse tipo de produção cultural pode provocar uma revolução sem armas, já que o texto apresentado, “forte e grave como o assunto exige, faz o espectador pensar e

repensar sua omissão na gravidade de nossa situação”. A utilização da primeira pessoa do plural mostra que a autora toma sua parte de responsabilidade e incita o leitor a fazer o mesmo. O artigo evidencia que a mistura de linguagens da peça simboliza não somente a mistura da ação teatral, mas também social. Trata-se ainda uma vez de uma terceira via, entre diferentes gêneros textuais – a música, o teatro, a poesia, a atividade circense –, entre diferentes parceiros sociais: os diretores, os cenógrafos, os músicos, a estilista de moda, as crianças de comunidades pobres. E tudo isto na rua.

Seria interessante examinar ainda o texto “O poder, o dinheiro, o valor e o futuro”, onde o advogado Valdir Assef Jr. reflete sobre o que se chama terceiro setor, discutindo termos como “responsabilidade social”, “projetos culturais”, “associações comunitárias”, “grupos de debates”. Experimentando definir o termo “terceiro” em relação ao “primeiro”, o Estado, e ao “segundo”, o mercado, ele se propõe algumas questões:

Somos o quê, então? Um pouco ‘apêndice’ do Estado, meio ‘reserva moral’ das empresas, uma válvula de escape do hedonismo reinante? Somos contra o mercado, ou não? Qual ou quanto de poluição nós admitimos? Temos poder? Damos lucro? Devemos cumprir todas as leis, mesmo aquelas que não são fiscalizadas ou justas? Fazemos diferenças? Como? (*Ocas*, n. 11, jun. 2003).

Depois de ter utilizado a primeira pessoa do plural para propor as questões, ele mostra que estes termos formam também uma equação: ao Estado corresponderia o poder, ao mercado o dinheiro e ao terceiro setor o valor. Seria então o valor relativo à execução de um projeto que mobiliza um grupo. O autor explica, no entanto, que o terceiro setor não pode existir sem ligação com o Estado e com o mercado porque é necessária uma existência jurídica e comercial segundo as regras em vigor.

Pode-se observar que o autor do artigo, advogado e co-autor da revista *Ocas*, mostra então que esse tipo de publicação ligada à rua pertence ao terceiro setor e que, justamente por isso, ela tem pontos comuns com o espaço público. Ele afirma, ironicamente, que entre o Estado e o mercado, o terceiro setor permite a interseção entre o que chama ironicamente “os seres superiores” e as outras camadas da sociedade:

Assim como o Estado e o mercado, o terceiro setor se relaciona com todas as realidades possíveis, permitindo que os ‘entes’ acima se ‘permeabilizem’, criando uma relação menos estanque entre ambos através de outro ‘feixe’ da sociedade, que ainda não se identificou totalmente, mas está a caminho. (p.30).

É sobre essa mesma interseção que se debruça o artigo “Participação e democracia além do jogo de palavras”, (*Ocas*, n.18), que

discute justamente estratégias de intervenção social, oportunidades e riscos da ação política. Os autores, Leonardo Mello, coordenador do Ibase – Instituto brasileiro de análises sociais e econômicas – e Júlio Silva, pesquisador do mesmo instituto, mostram que o problema da desigualdade social é também um problema daqueles que têm muito dinheiro, os ricos. Eles afirmam então que “a participação é a única arma de qualquer ator social na luta por melhor qualidade de vida”. E, a despeito da confiança no governo de um presidente operário, que acabara de chegar ao poder, eles nos alertam:

Participar não deve ser um movimento passivo. A experiência tem mostrado que a participação qualificada deve partir de outras instituições também da sociedade civil ou, pelo menos, de organizações que tenham autonomia em relação ao poder público, com liberdade para criticá-lo sem estarem sujeitas a sanções. (*Ocas*, n. 18, jan. 2004, p. 30).

Os mesmos autores continuam, afirmando que a democracia não pode se instalar em uma sociedade onde a metade da população é pobre. Como os autores precedentes, eles chamam a atenção de leitor para a importância dos esforços coletivos para a transformação da sociedade: “A exclusão tem nome e endereço, gênero e raça. Vergonha não é passar fome, é viver como rei enquanto outras pessoas passam fome” (p. 30).

O que se percebe no conjunto de artigos aqui analisados, a despeito de suas diferenças, é que as pessoas procuram um caminho comum para resolver o grande problema da exclusão social, refletindo, sobretudo, sobre as intervenções feitas ou a fazer na sociedade através da arte, de iniciativas coletivas, mas sempre pelo viés da palavra, do discurso.

Segundo Hannah Arendt, o termo “ação” está estreitamente ligado à noção de mundo público. Agir através da palavra seria justamente o papel do intelectual. Nesse caso, agir não é sinônimo de fazer. Arendt acentua a diferença entre “labor”, “trabalho” e “ação” e propõe esta última como a base do mundo político, onde a palavra, o discurso, é determinante. Por isso mesmo, pensar o intelectual é admitir sua existência em um mundo público, lutando em um ou por um espaço público. Para Arendt, a condição humana não se completa senão por este conceito de ação através da palavra.

Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção, e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais. (ARENDR, 2005, p.191).

Segundo este raciocínio, podemos nos perguntar como se relacionam intelectuais e moradores de rua na sociedade contempo-

rânea. Seriam os jornais de rua um exemplo da busca da palavra partilhada? Talvez sim, pois se se colocam juntas as palavras dos intelectuais e aquelas dos moradores de rua, toma-se consciência da tentativa de diálogo presente em um tipo de publicação alternativa, em uma parceria social e textual, seja no nível da revista, seja no nível de cada texto.

Não é pois por acaso que esse tipo de publicação busca contribuir com a instauração efetiva da democracia em uma sociedade cuja metade da população é pobre, sem direito à habitação, à saúde, à educação, e sobretudo à palavra. Trata-se justamente de um ensaio no duplo sentido da palavra: de uma parte, um exercício, uma experiência; de outra parte uma reflexão teórica, acadêmica, em que “o trânsito em duplo sentido entre o concreto e o especulativo adquire a forma de uma tensão, de uma diferenciação” (cf. ADORNO, 2003).

Este ensaio, assim como vários outros, trata de tema que envolve importantes termos da Literatura Comparada e dos Estudos Culturais. Na verdade, essas áreas elas mesmas são hoje um terceiro termo na medida em que permitem o trânsito entre o público e o privado, entre o literário e o não-literário; entre a palavra e a imagem; entre a retomada de modelos dados e a resistência a esses modelos; entre a inserção mercantil e a resistência a essa inserção. Esses termos têm igualmente relação com as questões de valores, de formas e de gêneros; relações históricas, míticas e imaginárias; expressões comunicacionais coletivas e individuais.

Estendendo-se até a crítica social e cultural, essas reflexões nos permitem perceber o novo lugar ocupado pela arte no contexto das diversas produções culturais, e também o lugar ocupado pelos agentes culturais e suas palavras no seio da sociedade. Podemos nos perguntar então se elas fazem parte de um espaço público e de uma sociedade em mudança, onde o verbo/a palavra e o ato se fundem (cf. ARENDT, 2005) ou se não são senão palavras, jogos de palavras.

Referências

- ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: _____. *Notas de literatura I*. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Duas cidades, 2003.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. 2. ed. Trad. Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. *L'espace public*. Trad. Marc de Launay. Paris: Payot, 1993.
- SARTRE, Jean Paul. *Em defesa dos intelectuais*. Trad. Sergio Goes de Paula. São Paulo: Ática, 1994.
- WOLTON, Dominique. *Pensar a comunicação*. Trad. Zélia Leal Adghirni. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.